

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (NE) NO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM MUNICÍPIO DO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Manuel Dias de Oliveira Junior

Marcelo Oliveira Sousa

Resumo: esse estudo adotou como objetivo geral promover a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física na rede municipal de ensino. As atividades físicas podem auxiliar não só no aprimoramento de habilidades específicas de determinadas modalidades esportivas, mas também no desenvolvimento geral dos indivíduos. Sendo assim o Vôlei vem sendo utilizado pelos professores de Educação Física como veículo de promoção de conhecimento corporal e social. Esse estudo adotou como objetivo geral compreender como o Voleibol pode ser administrado nas aulas de educação física, de modo a promover nos educandos um desenvolvimento físico e social satisfatório, seguido dos específicos: Descrever a importância do voleibol nas aulas de educação física, enquanto parte integrante dos conteúdos escolares; Proporcionar uma reflexão sobre a prática do Voleibol no cenário escolar, analisando as ações a serem desenvolvidas nas aulas de Educação Física; Relatar, através de uma revisão de literatura, a importância do Voleibol inserido como prática pedagógica nas aulas de Educação Física. A relevância desse estudo está em propor novas reflexões acerca das vivências teóricas e práticas capazes de fazer com que os alunos passem a reconhecer, discutir, posicionar-se e refletir não apenas sobre o Vôlei mas sim sobre todos os conteúdos abordados durante as aulas de Educação Física. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico exploratório, que se utilizou das mais diversas fontes de pesquisas. Deste modo, o voleibol vem a ser uma prática esportiva de potencial sociocognitivo a ser explorado, uma vez que a mesma é capaz de modo objetivo, de inserir seus praticantes a relações sociais necessárias a prática do esporte,

Palavras-chave: Vôlei; Aulas de Educação Física; Ensino Fundamental.

Abstract: this study adopted as a general objective to promote the inclusion of students with disabilities in Physical Education classes in the municipal teaching network. Physical activities can help not only in improving specific skills of certain sports, but also in the general development of individuals. Therefore, Volleyball has been used by Physical Education teachers as a vehicle for promoting body and social knowledge. This study adopted as a general objective to understand how Volleyball can be administered in physical education classes, in order to promote in students a satisfactory physical and social development, followed by the specific ones: To describe the importance of volleyball in physical education classes, as an integral part of school contents; Provide a reflection on the practice of Volleyball in the school setting, analyzing the actions to be developed in Physical Education classes; To report, through a literature review, the importance of Volleyball inserted as a pedagogical practice in Physical Education classes. The relevance of this study lies in proposing new reflections on theoretical and practical experiences capable of making students recognize, discuss, position themselves and reflect not only on Volleyball but on all the contents covered during Education classes Physical. This study is characterized as an exploratory bibliographic research, which used the most diverse sources of research. In this way, volleyball becomes a sports practice with a socio-cognitive potential to be explored, since it is able, objectively, to insert its practitioners into the social relations necessary for the practice of the sport.

Keywords: Volleyball; Physical Education Classes; Elementary School.

1 INTRODUÇÃO

A prática de atividades físicas, jogos e brincadeiras dentro das aulas de Educação Física buscam promover de forma lúdica e prazerosa o desenvolvimento psicomotor onde pode-se afirmar que essa prática estar diretamente ligada ao ensino de Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental se mostra como importante fonte de desenvolvimento dos educandos, desde seus aspectos psicomotores, como afetivos, sociais e cognitivos, uma vez que estas aulas promovem a interação do indivíduo com o ambiente e com os demais alunos.

A inclusão dos deficientes nas aulas de Educação Física vem se tornando comum fazendo com que o professor se torne cada vez mais importante nessa nova perspectiva da educação inclusiva, é importante ressaltar a mudança psicológica que esses profissionais vêm passando ao longo do tempo.

Os objetivos que as aulas de Educação Física devem promover no trabalho com pessoas deficientes são condições de aprendizagem igualitária, socialização, respeito as capacidades e limitações de cada aluno, autoconfiança, autonomia assim como “melhora da condição motora, domínio do corpo para o desempenho de atividades biopsicossociais e um desenvolvimento sociocultural.” (SOLER, 2002).

É possível analisar o importante papel que o profissional de Educação Física tem diante o processo de inclusão, através de atividades que promova cooperação e respeito estimulando o aluno com deficiência a participa da aula junto com os demais, também é dever do professor propiciar momentos em que o aluno com deficiência possa expressar com liberdade sua criatividade, suas capacidades, suas habilidades, enfim todo seu potencial.

A Inclusão nas aulas de Educação Física Escolar tem um ponto de fundamental relevância que é a formação e capacitação dos professores, pois muitos são os professores que não se sentem a vontade em trabalhar com os alunos deficientes, é esse fato ocorre muitas vezes por falta de preparação profissional ou até mesmo medo de lidar com esse público.

Os alunos portadores de necessidades especiais (NE) se sentem excluídos na sala de aula por vários fatores, sobretudo quando estes incluem limitações físicas. E por este motivo se sentem impedidos de frequentarem as aulas de Educação Física.

Muito se tem feito em termos legais para garantir a participação ativa dos portadores de necessidades especiais na Escola, os programas de inclusão respaldados pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) representam um grande avanço na inserção destes indivíduos na sociedade como um todo, no tocante às questões de acessibilidade, discriminação e direito à educação em escolas regulares.

No entanto, o que está escrito não condiz com a realidade das escolas brasileiras, os desafios são constantes, os professores se veem na eminência de correr atrás de alternativas para se trabalhar a diversidade, e nem sempre se oferecem cursos de formação na área com vagas suficientes para atender as demandas.

Neste sentido, este estudo pretende compreender através de uma abordagem qualitativa como se vem trabalhando a inclusão nas aulas de Educação Física em escolas de Ensino Fundamental de um município do alto sertão paraibano, bem como as expectativas, limitações e frustrações que os professores têm enfrentado diariamente nessa árdua tarefa, que envolve dedicação e sensibilidade. Utilizando-se como recurso metodológico um estudo de caso.

Para tanto se buscou respaldo na própria lei de inclusão, na Carta Magna, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), além de consulta às renomadas obras literárias que abordam a Educação Física, seus aspectos e procedimentos pedagógicos na inclusão.

Este estudo adotou como questão norteadora: Como promover a inclusão de alunos com Necessidades Especiais (NE) no ensino regular da Educação Física?

O objetivo geral desse estudo é analisar como favorecer a inclusão de alunos com Necessidade Especiais (NE) nas aulas de Educação Física, e para auxiliar nos achados do estudo adotou-se como objetivos específicos: Discutir sobre a necessidade de incluir os alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, pontuar os benefícios evidenciados pela prática da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.

A presente pesquisa, intitulada: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: se faz importante por incitar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas no ensino da Educação Física dentro do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa irá caracterizar-se como sendo um estudo bibliográfico investigativo de caráter exploratório. Que para Gil (2001), trata-se da primeira etapa de um estudo acadêmico como uma forma de fundamentar e contextualizar a revisão literária e proporcionar maiores informações sobre o tema em análise.

Os dados apresentados nesse estudo foram retirados de livros, artigos científicos, revistas eletrônicas e impressas, periódicos, sites ambos que fossem de encontro aos objetivos propostos neste para que pudéssemos enriquecer nosso estudo com literaturas que abordassem a mesma temática.

Após a leitura de diversos trabalhos científicos, periódicos, livros entre outros, buscou-se e realizou-se a transcrição de textos que contemplassem os objetivos propostos na referida pesquisa uma vez que essa ação repetiu-se até o término da mesma.

Com o registro dos dados foi confeccionado um banco de dados onde em seguida foi correlacionado com textos de diversos autores para que pudéssemos apresentar e discutir as ideias e as diferentes visões quanto à importância da leitura nas séries iniciais, bem como responder os objetivos dessa pesquisa.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA - DELIMITAÇÃO CONCEITUAL, LIMITES E LEGALIDADES DA INCLUSÃO

A temática inclusão vem nos dias atuais sendo debatida com bastante veemência, onde diversos autores procuram enfatizar a importância desse novo processo que está a cada dia se articulando nos programas educacionais em quase todos os países.

Inclusão diz respeito ao acesso às oportunidades que todos os cidadãos deve ter como forma de se engajar na sociedade como ser participativo; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não sejam marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública (Carvalho, 2003).

Segundo Mantoan(2006, p.14)“A inclusão, portanto, implica mudanças desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos traçando.

O mundo hoje está se voltando para a compreensão dos meios culturais e sociais dos povos, surgindo uma nova ideia de formação cultural das sociedades num mesmo processo de atendimento, onde a escola é uma instituição que também esta se modernizando para esse novo paradigma frente às novas conexões entre as pessoas a fim de ofertar um melhor entendimento sobre esse momento inovador que estamos a viver.

Segundo Mantoan (2006, p.19):

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ele é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aulas do ensino regular.

Ainda segundo a autora, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A inclusão total é uma oportunidade que propõe para reverter a situação da maioria de nossas escolas as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrados por elas. Sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa o que e como a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

A inclusão não deve ser apenas um projeto novo a ser encaixado nas escolas, mas deve atender, principalmente, aos anseios dessa nova clientela, onde as escolas passem a reconhecer e dar o devido valor a esse alunos incluídos e a todos os demais de maneira uniforme, de maneira a poder atender as especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão

desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional, cultural dos alunos.

De acordo com Mantoan (2001) foi na década de 90 e início do século XXI que a discussão acerca da inclusão começou a atingir seu apogeu, pois está é uma história de longos anos de lutas e conquistas em várias sociedades, e por assim ser, é importante a descrição de algumas leis, decretos e declarações que fizeram do movimento de inclusão algo muito forte e de muita importância para a sociedade, determinando que as escolas regulares propiciem a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, e também que elas criem os meios adequados de combaterem as atitudes discriminatórias.

Na constituição de 1988, que contém vários dispositivos relacionados as pessoas com deficiência, destaca-se, na educação, o inciso III do artigo 208, definindo como dever do estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2006, P.61).

Com o dispositivo deste artigo, os governantes ficam obrigados a desenvolver uma política educacional que seja direcionada para a participação de todos dentro da escola comum, não podendo haver discriminação, selecionamento e distribuição de escolas definindo quem elas podem ou não atender.

Outro importante documento aprovado no Brasil dentro deste contexto mundial de debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiência, foi a LDB nº 9.394/96 – que trata em seu capítulo V, da Educação Especial, definindo-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, prevendo serviços de apoio especializado na escola regular, embora possibilite a oferta de educação especial em escolas especializadas para os casos em que não seja possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1998).

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito a ser inserido no contexto da inclusão dentro das salas de aulas, onde esse propósito possa alcançar o senso ético, crítico e reflexivo dos alunos, referenciado pelo que deve ser ensinado. É preciso superar ainda, a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com datas, fórmulas, conceitos, fragmentados.

Sendo assim, a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede de ensino, é hoje, um grande desafio, já que essa dificuldade se refere a um processo

educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança com necessidades especiais – NE, na qual nem todas as escolas e, por conseqüente, nem tão pouco, os professores, não estão preparados para atender adequadamente às necessidades desses educandos. E ainda, muitos profissionais da escola se opõem a inserção desses alunos e receiam não serem capazes de facilitar o seu desenvolvimento integral como um todo.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA - DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NE

Vivenciamos tempos de inclusão na área educacional, sendo que há uma tendência irreversível das ações educacionais inclusivas, pois as mesmas tendem a se tornar um caminho árduo e difícil, mas acima de tudo necessário para que a sociedade se torne cada vez mais cidadã e humana.

Com a chegada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as iniciativas efetivas de inclusão da pessoa com deficiência na escola iniciam um novo momento, no qual há o privilégio de comprometimento no plano governamental e inquietação, angústia e impasse diante da nova situação por parte dos profissionais da educação.

Contudo, passado esse período, muitas ações se configuraram em pró da inclusão. São propostas de capacitação dos professores, adequação de estrutura física, iniciativas interdisciplinares com centro de apoio aos professores e família, entre outras, que tendem para um conjunto de ações que vêm, mesmo que precariamente, respaldando o processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino.

Ao longo da história, as relações com as pessoas deficientes se construíram, deixando marcas profundas. Sob a análise desse percurso visualizamos extermínio, preconceito, tolerância, conhecimento, segregação. Mais recentemente, pudemos identificar um combate nas artificialidades dos fins que almejam para essas pessoas, porém, nem sempre identificam a objetividade dessa relação, ou seja, não se sabe exatamente o que se pretende realmente dessas pessoas no mecanismo social.

Assim ressalta Cury (2005, p. 57): “[...] o vácuo deixado por esse recuo de políticas universalistas é ocupado por projetos de focalização calcado na diferença e ou em interpretações peculiares da equidade”.

Desta forma, enxergamos certa finalidade de alcançar a participação de diferentes áreas atuando junto a essas pessoas. Segundo CARMO (2006, p. 55):

[...] falam e lutam por uma sociedade onde todos sejam iguais, onde as pessoas tenham as mesmas condições, os mesmos direitos e deveres. Porém, trabalham com o Homem concreto, diferente, discriminado e desigual, e utilizam como instrumental os conhecimentos (adaptados) gerados historicamente para atender a características e valores dos homens iguais.

A atividade de qualquer que seja o profissional vai nessa mesma continuidade, muito além do entender, dominar, pois nos coloca como autor e ator de nossa própria particularidade. A educação física historicamente carrega as marcas de conteúdos inflexíveis esportivizados e competitivos e inúmeras dispensas médicas que sustentam a constatação do não enfrentamento dos professores diante da falta de conhecimento sobre o outro e suas possibilidades.

A inclusão de portadores de deficiências em ambientes de ensino regular tem gerado diversos debates e questionamentos quanto aos benefícios evidenciados com essa inclusão.

Falar da inclusão de alunos com NE no ensino de educação física nos mete a uma série de indagações, principalmente quando refere-se a rede municipal de ensino. Já que o tema em questão durante tanto tempo, foi alvo de algumas experiências isoladas, chegando a ficar restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, tornando-se hoje, proposta de intervenção abrigada e unguido pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal.

5 O INDIVÍDUO COM DEFICIÊNCIA E O MOVIMENTO DE INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O que leva os profissionais de Educação Física e alguns segmentos da sociedade a defenderem a inclusão dos portadores de deficiência no sistema regular de ensino é que esta prática pode beneficiar esse público evidenciando benefícios sob os mais diversos aspectos.

Cubbin e Zittel (1996), afirmam que a vantagem da realização no sistema inclusivo é que este proporciona ao indivíduo com deficiência uma possibilidade de inclusão social, o que não acontece na prática segregada.

Além disso, apesar da variabilidade maior no sistema inclusivo, os indivíduos com deficiências demonstraram que podem se manter independentes para a realização das habilidades motoras evidenciadas nas atividades propostas pelo professor de Educação Física.

Segundo Gorgatti (2003), “o esporte pode significar para pessoas com limitações físicas um significativo ganho de autoconfiança e autoestima, principalmente pelo fato delas perceberem que são capazes de executar habilidades motoras de forma independente.”

A atividade física e de grande valia para os portadores de deficiência, a prática de alguma modalidade esportiva trará inúmeros benefícios tais como, ganho de confiança, socialização com o grupo participante seja com pessoas com ou sem deficiência, e o aumento de sua autoestima, e importante ressaltar que para alcançar os objetivos é necessário respeitar as limitações dos participantes e adaptar as modalidades para que os objetivos sejam alcançados de forma satisfatória.

A prática da atividade física é muito importante para manutenção da saúde e das capacidades funcionais de todos. Observa-se que a adesão e a busca de indivíduos deficientes por programas de atividades físicas regularmente ainda é muito pequena quando comparada a busca pelos indivíduos sem deficiências.

O grande desafio lançado aos profissionais de Educação Física é estimular a prática de atividades físicas de forma regular e orientada. Uma das mais viáveis formas de estimular esta prática encontra-se exatamente na inclusão nas aulas de Educação Física escolar.

No Brasil embora não exista dados oficiais, estima-se que poucas crianças com deficiências tenham acesso á prática de atividades físicas regulares no ambiente escolar, o que pode evidenciar ainda mais o sedentarismo na fase adulta.

6 ATIVIDADES LUDICAS COMPETITIVAS COMO FACILITADORAS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FISICA

O Lúdico é um aliado importante para os professores, principalmente nas aulas de Educação Física, podendo ser utilizado em sala de aula como importante ferramenta pedagógica, visto que através da ludicidade os alunos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta e conseqüentemente significativa, transformando o fazer em sala de aula, o processo de ensino e aprendizagem que ressignifica a aprendizagem e o ensino por meio de uma educação de qualidade para a Educação.

Ao observarmos as crianças hoje em dia, em seus mais variados aspectos (a forma de falar, agir, pensar, brincar e de se relacionar), temos a nítida certeza das mudanças que houve na concepção de infância, inclusive no que concerne à educação destas.

Aos poucos o modelo educacional para crianças foi se remodelando, atendendo as exigências sociais e culturais, o avanço das tecnologias, entre outros fatores que vieram a contribuir para essa mudança.

Historicamente, os cuidados e a educação de crianças foi algo delegado à família, em especial às mulheres (na qualidade de mães, avós, tias e etc.), sendo sua escolarização um processo que foi constituído ao longo dos anos com base em situações sociais concretas, que desencadearam sua regulamentação e consolidação como direito da criança.

O brincar e o jogar são atividades que trazem consigo mais que prazer, elas carregam embutidas uma certa intencionalidade, o que para muitos pode parecer um passatempo na verdade se configura como um novo aprendizado. Para Piaget (1967, p.25) “o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral”.

O jogo e a brincadeira são importantes na mediação da aprendizagem, pois a partir deles a criança se permite aprender de forma espontânea e prazerosa. De acordo com Ronca (1989, p. 27) “O movimento lúdico, simultaneamente, torna-se fonte prazerosa de conhecimento, pois nele a criança constrói classificações, elabora sequências lógicas, desenvolve o psicomotor e a afetividade e amplia conceitos das várias áreas da ciência”.

Através das atividades lúdicas competitivas tais como os jogos e brincadeiras, a criança com Necessidades Especiais ou não, poderá avançar em seu desenvolvimento a ponto de aprimorar e/ou expandir seu vocabulário, possibilitando sua autonomia, colocando-a em situações em que exijam a elaboração de estratégias ou até mesmo se submetendo à regras pré-estabelecidas, desta forma lhes permite rever seus limites, aumentando seu poder de concentração e atenção.

Alguns jogos e brincadeiras mais do que divertir a criança lhe proporciona situações que a ajudará na aquisição da maturidade, pois a criança começa a lidar com perdas e vitórias, ajudam também a trabalhar a ansiedade, quando em jogos coletivos é obrigada a esperar sua vez. Podemos também citar outras importantes funções dos jogos e brincadeiras como o fato de contribuir no processo de socialização das crianças com Necessidades Especiais, o aprimoramento das coordenações motoras (grossa e fina) e a ampliação do raciocínio lógico-matemático. Surge, assim a constatação de que para a criança o lúdico cria condições mentais e físicas inerentes ao seu desenvolvimento, onde ela experimenta, expressa a curiosidade, simboliza, internaliza conceitos próprios de sua cultura para a vida em sociedade. A aprendizagem dar-se-á então, pelo envolvimento direto com os jogos e/ou brincadeiras de cunho educativo.

Sendo assim, os jogos e brincadeiras trazem à criança com Necessidades Especiais o acesso a construção do símbolo, onde a criança passa a representar situações permeadas por relações cotidianas, que a ajuda a se entender e a entender o mundo a sua volta.

O lúdico também favorece o estreitamento dos laços afetivos daqueles que se envolvem nas brincadeiras e jogos, pois a aproximação, o contato direto, a troca de experiências e todo o contexto que envolve a brincadeira além de favorecer a aprendizagem é uma excelente forma de se reconhecer e conhecer o outro

Por isso se recomenda tanto que professores conheçam seus alunos a fundo, interajam com eles, principalmente nas brincadeiras, a fim de que se gere um clima de confiança e interação dos alunos com Necessidades Especiais com os demais chamados de “Normais” de modo que a ação pedagógica se dê de maneira promissora.

Sendo assim, consideramos que o uso do lúdico deve estar presente no cotidiano escolar, vindo a tornar mais atraente o ensino e contempla todas as potencialidades a serem exploradas nas crianças, e que cabe ao professor reservar espaços e horários adequados para a realização deste.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física pode ser considerada parte integrante do processo de educação inclusiva que é também pode ser definida como sendo o desenvolvimento de Programas educacionais específicos voltados para atender os alunos com deficiências no ambiente das escolas de ensino regular. A Declaração de Salamanca apresentou o papel da escola regular na educação dos alunos com deficiências, propondo a inclusão escolar das mesmas no ensino regular.

O processo de inclusão passa não apenas pela escola ou por seus professores, mas por toda a comunidade de uma forma geral, cabe à escola oferecer recursos para que esse processo da inclusão ocorra, e ao professor cabe visualizar todas as situações e perceber as dificuldades encontradas pelos portadores de deficiências.

A inclusão de pessoas com deficiência esta diretamente ligada ao poder de percepção do profissional de Educação Física em distinguir as adversidades que impedem que esse processo ocorra, a visualização das dificuldades encontradas pelos portadores de necessidades especiais facilitará a inclusão

Quanto ao processo de inclusão, percebe-se que são diversos os aspectos que envolvem a discussão acerca da mesma as questões a serem respondidas e os problemas a serem solucionados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BERTO, R. C. **O paradigma da aptidão física no cotidiano da educação física escolar: um mecanismo de exclusão?** 2003.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva com pingos nos is**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: Contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E.G. ROSA, V.D. de Souza (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas. 2001

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RONCA, P.A.C. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. São Paulo: Edisplan, 1989.

SANTIN, Silvino. **Educação Física e Desportos: uma abordagem filosófica da corporeidade**. **Kinesis**, Santa Maria, número especial, 1984.